

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE**

CARLOS MAGNO ARAÚJO CASTELO BRANCO

**A RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE *STRICTO SENSU* E O
RESULTADO DO EXAME DE SUFICIÊNCIA CONTÁBIL**

**VITÓRIA
2019**

CARLOS MAGNO ARAÚJO CASTELO BRANCO

**A RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE *STRICTO SENSU* E O
RESULTADO DO EXAME DE SUFICIÊNCIA CONTÁBIL**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissional da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE).

Orientador: Prof. Dr. Danilo Soares Monte-Mor

**VITÓRIA
2019**

CARLOS MAGNO ARAÚJO CASTELO BRANCO

**A RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE *STRICTO SENSU* E O
RESULTADO DO EXAME DE SUFICIÊNCIA CONTÁBIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fundação Instituto de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante.

Aprovada em 08 de abril de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr.: DANILO SOARES MONTE-MOR
Fucape Business School

Prof. Dr.: ARIDELMO TEIXEIRA
Fucape Business School

Profa. Dra.: NEYLA TARDIN
Fucape Business School

Dedico este trabalho à minha família, esposa Gislene Mariana, filhos Filipe e Pietra, mãe Expedita, irmãos e tios pelo apoio e carinho dedicados neste momento.

AGRADECIMENTOS

A minha esposa, filhos, mãe, irmãos e demais familiares, pelo apoio e compreensão dedicados nestes difíceis momentos em que não pude ofertar-lhes toda a atenção devida.

Aos colegas e professores do curso de Mestrado em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, pelo convívio, crescimento diário e apoio durante o curso.

Aos professores que orientaram e contribuíram com este estudo, Dr. Danilo Soares Monte-Mor e Dra. Silvânia Nossa, pelos inestimáveis aconselhamentos e orientações para a conclusão deste trabalho.

Por fim, ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e ao Conselho Regional de Contabilidade do Piauí (CRC-PI), pelo subsídio financeiro de parte do curso de Mestrado em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE).

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo avaliar a relação entre a qualificação *stricto sensu* dos docentes das Instituições de Ensino Superior do Brasil e a aprovação dos discentes dos Cursos de Ciências Contábeis no Exame de Suficiência Contábil do Conselho Federal de Contabilidade. Foram analisados dados referentes ao exame Enade mais recente (2015) e o Exame de Suficiência Contábil, períodos 2017.1 e 2017.2, apresentando ponto de intercepto dos dados, com uma análise *Cross section* para o período. Foram levantadas as hipóteses de que o percentual de professores mestres e de professores doutores tinha relação positiva com o resultado aprovativo dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis no Exame de Suficiência Contábil. Para testar as hipóteses, foi utilizada a análise de regressão linear múltipla multivariada (RLMM) com amostra de participações percentuais de Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, para identificar se existe relação entre o índice de aprovações de alunos no Exame de Suficiência Contábil e o percentual de professores mestres e doutores. Os resultados apresentados permitem afirmar que aos professores mestres não foram gerados efeitos significativos, já quanto ao percentual de professores doutores, há relação significativa, indicando que um maior percentual de professores doutores potencializa o percentual de aprovações no Exame de Suficiência Contábil, significando que as Instituições de Ensino Superior devem investir em mais docentes com *stricto sensu* para elevar os índices de aprovação no Exame de Suficiência Contábil.

Palavras Chave: Docentes; Discentes; Exame de Suficiência Contábil.

ABSTRACT

This study aimed to evaluate the relationship between the *stricto sensu* qualification of professor of Higher Education Institutions in Brazil and the approval of the students of the Accounting Sciences courses in the Accounting Sufficiency Examination of the Federal Council of Accounting. Data were analyzed for the most recente Enade exam (2015) and the Accounting Sufficiency Exam, periods 2017.1 and 2017.2, presenting a data intercept point, with a Cross section analysis for the period. The hypotheses were raised that the percentage of teachers and teachers of professor had a positive relationship with the approval result of the students of the Accounting Sciences courses in the Accounting Sufficiency Exam. To test the hypotheses, multivariate multiple linear regression analysis (RLMM) was used with a sample of percentage participations of Higher Education Institutions, both public and private, to identify whether there is a relationship between the index of approvals of students in the Accounting Sufficiency Exam and the percentage of Teachers máster and PhD. The results presented allow us to affirm that the máster teachers were not generated significant effects, as to the percentage of PhD professors, there is a significant relationship, indicating that a higher percentage of professor doctors potentializes the percentage of approvals in the Accounting Sufficiency Exam, meaning that Higher Education Institutions should invest in more professors with *stricto sensu* to raise the approval indexes in the Accounting Sufficiency Exam.

Keywords: teachers; students; Accounting Sufficiency Exam.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - RESULTADO FINAL POR EXAME DE SUFICIÊNCIA CONTÁBIL.....	25
TABELA 02 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA.....	45
TABELA 03 - ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DA IES.....	47
TABELA 04 - CLASSIFICAÇÃO POR REGIÃO DA IES.....	47
TABELA 05 - MATRIZ DE CORRELAÇÃO.....	50
TABELA 06 - MODELOS DE REGRESSÃO TRUNCADA.....	59

LISTA DE SIGLAS

AESC - Aprovações dos alunos no exame de suficiências contábil

ANPAD - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CGENADE – Coordenação Geral do Enade

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CPA - Certified Public Accountant

CPC - Conceito Preliminar de Curso

CRC - Conselho Regional de Contabilidade

DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior

DOU – Diário Oficial da União

ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

EPC - Educação Profissional Continuada

ESC - Exame de Suficiência Contábil

FEA USP - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo

IES - Instituições de Ensino Superior

IGC - Índice Geral de Cursos

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INFRA – Infraestrutura

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade

NBC PG - Normas Brasileiras de Contabilidade de educação profissional continuada

RLMM - Regressão linear múltipla multivariada

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

STATA - Software para análise de bases de dados, por métodos estatísticos

SUMÁRIO

Capítulo 1	11
1 INTRODUÇÃO	11
Capítulo 2	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 ENSINO CONTÁBIL <i>STRICTO SENSU</i>	15
2.2 DESEMPENHO DOS ALUNOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	23
2.3 TITULAÇÃO DOS DOCENTES NAS IES NO BRASIL	26
2.4 EXAME DE SUFICIENCIA.....	29
2.5 ENADE	34
Capítulo 3	37
3 METODOLOGIA	37
3.1 COLETA DOS DADOS	37
3.1.1 Critérios de inclusão dos dados	38
3.2 FASES E AMOSTRAGEM.....	38
3.3 MODELO EMPÍRICO.....	40
3.4 VARIÁVEIS UTILIZADAS	42
Capítulo 4	44
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	44
4.1 ANÁLISE DA ESTATÍSTICA DESCRITIVA	44
4.2 MATRIZ DE CORRELAÇÃO	48
4.3 ANÁLISE DE REGRESSÃO MULTIVARIADA.....	53
Capítulo 5	59
5 CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS	61

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

A educação superior segundo Rothen e Nasciutti (2011), é vista pela sociedade brasileira como uma evolução do indivíduo, proporcionando condições de destaque no mercado de trabalho, concebendo a atribuição de um valor personalizado.

Para tanto, os professores são submetidos a vários tipos de aperfeiçoamento, objetivando a melhoria da qualidade do ensino, além do desenvolvimento de conhecimentos e habilidades extensos a profissionais e alunos, segundo Iwaguchi (2012). Já Goldhaber, Liddle & Theobald (2013) expõem que a qualidade do professor é um fator que influencia o desempenho do aluno, com os programas de treinamento de professores.

Dentre esses fatores, a qualidade da formação do professor tem obtido relevância na medida em que lhes são exigidos uma sólida formação, conforme Cornachione (2004) que explana que o corpo docente é o equilíbrio para a educação eficaz e de qualidade.

Nesse aspecto, Bento (2009) dispõe que a formação de mestres e doutores ganha importância, quando esse profissional do saber procurar orientar-se para a criação de uma consciência e de um perfil de competências, exigências e obrigações que façam jus à responsabilidade dos docentes.

Estudos internacionais indicam a correlação entre a formação permanente e *stricto sensu* com o aperfeiçoamento docente, segundo os autores Moreno (2014), Jaramillo Salazar (2015) e Doyran (2012), que apresentam pesquisas sugestivas à confecção de mestrado e doutorado como fundamentais no processo de qualificação

docente, entendidos como contínuos.

Em algumas áreas, entretanto, ainda existe uma carência quanto à formação de mestres e doutores, como é o caso da Contabilidade. Neste sentido, Andere e Araújo (2009) expõem que o professor deve-se ater não somente ao conhecimento propriamente dito sobre a prática contábil, mas conhecer a arte da docência, com fito de além de entusiasmar o discente, despertar nele o desejo pela pesquisa e pela busca do conhecimento.

Diante disso, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC (2011) adota o Exame de Suficiência Contábil (ESC) como requisito para a investidura no mercado de trabalho, com aplicação em dois semestres ao ano. No transcorrer de suas aplicações, Kronbauer *et al.* (2016) defende que seus resultados tem obtido altos índices de reprovação desde o retorno do exame, em 2011. Esses resultados evidenciaram uma variação no desempenho dos estudantes entre os estados federativos, alinhado à relativa escassez de mestres e doutores.

Neste viés, é possível que a defasagem no âmbito da formação de professores seja elemento de contribuição para os índices de reprovação dos alunos no ESC. Bugarim (2014) atesta uma queda no nível de aprovação desde o primeiro exame, reportando um percentual superior a 75% de reprovação no exame em 2012, evidenciando assim, que as IES não evoluíram no melhoramento da qualidade de seus cursos, podendo influenciar o desempenho dos alunos.

Frente a essas discussões, este estudo tem o objetivo de avaliar a relação entre a qualificação *stricto sensu* dos docentes e a aprovação dos discentes dos cursos de Ciências Contábeis no Exame de Suficiência Contábil.

Em razão disso, essa pesquisa segue orientada sob a seguinte questão: qual

a relação entre a aprovação dos discentes no Exame de Suficiência Contábil do Conselho Federal de Contabilidade e o percentual do corpo docente com *stricto sensu* das Instituições de Ensino Superior do Brasil?

Na metodologia, foram analisados dados referentes ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) mais recente (ano 2015), em que foram dispostas as informações sobre as variáveis utilizadas no trabalho, e os dados do Exame de Suficiência Contábil (períodos 2017.1 e 2017.2), documento que disponibilizou os resultados do exame, motivo da restrição posterior a este para análise, ajustando-se ao período de aplicação do Enade para os cursos, concedendo, assim, uma análise *Cross section* para o período analisado.

Utilizou-se a análise de regressão linear múltipla multivariada (RLMM) com amostra de participações percentuais de IES privadas e públicas, fazendo uso de variáveis de controle às aprovações dos alunos no exame de Suficiências Contábil, período 2017.1, 2017.2 e à média, atestadas pelas variáveis independentes. Tudo isso a fim de identificar se existe relação entre o índice de aprovações de alunos no ESC e o percentual de professores mestres e doutores nas IES brasileiras.

Este estudo baseou-se na percepção de Cruz *et al.* (2013), que investigou a relação entre a proporção do desempenho dos alunos e os conteúdos curriculares no Enade 2009, o qual verificou e evidenciou resultados que não afirmam esta relação. Essa descoberta diverge de estudos anteriores que comprovavam que a estrutura didático-pedagógica dos conteúdos curriculares poderia afetar o desempenho do aluno, diferenciando-se por abordar os resultados diretos da relação entre a aprovação dos alunos no ESC com o percentual do corpo docente com *stricto sensu*.

Nesse âmbito, observou-se ainda que são raros os estudos associados à

afinidade entre a formação dos docentes com *stricto sensu* e o índice de aprovação discente no ESC. Exame este que é fator imprescindível para fortalecer e unir a classe contábil, pois possibilita um melhor aperfeiçoamento e valorização crescente, além da seleção de profissionais mais capacitados, na busca de seus direitos e reconhecimento profissional, conforme, Galvão (2016).

Este estudo contribui com o meio acadêmico, corroborando a necessidade dos profissionais de oferecerem serviços atualizados e compatíveis às necessidades contábeis, seja no âmbito acadêmico, seja no profissional, constantemente exigido pelas instituições docentes e pelo mercado, o que estimula novas pesquisas na área, dentro da esfera da contabilometria. Por isso, esta pesquisa possui relevância social ao contribuir para a análise da qualidade do ensino e da formação de profissionais para o mercado.

Os resultados encontrados indicam uma relação positiva entre o percentual de alunos aprovados no ESC e o corpo docente com *stricto sensu* das IES, significando que existe a necessidade de mais investimentos na qualificação docente *stricto sensu* para elevar os índices de aprovação no ESC.

O estudo se organiza em 05 (cinco) capítulos, iniciando com a introdução e logo após a revisão da literatura, construção de arcabouço teórico sobre o assunto. No capítulo 03 (três) constam as questões metodológicas da pesquisa e, em seguida, no capítulo 04 (quatro) estão os resultados, que foram evidenciados na análise dos dados, e finalizando, a conclusão no capítulo 05 (cinco), descrevendo as considerações finais do trabalho.

Capítulo 2

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ENSINO CONTÁBIL *STRICTO SENSU*

Conforme Panosso (2013), o desenvolvimento do ensino da contabilidade no mundo e no Brasil relaciona-se diretamente ao desenvolvimento do sistema capitalista e sua complexidade, em que a Contabilidade foi dominada na Europa pela atividade mercantil. Logo após, a Revolução Industrial houve a transferência do desenvolvimento do pensamento contábil e do ensino de Contabilidade para o norte-americano, acompanhado pelos brasileiros.

Panosso (2013) expõe ainda que a prática da contabilidade no Brasil obteve maior preocupação do governo quando D. João VI determinou a utilização do método das partidas dobradas na escrituração mercantil, através de um alvará em 1808, aos contadores gerais da real fazenda, provocando alterações na situação econômica, política e social brasileira.

O ensino contábil (*scricto sensu*) surgiu com a criação do primeiro curso de mestrado, nos anos de 1970, conforme Vendramin e Araújo (2014), com a formação de duas linhas de pesquisa dominantes, a Contabilidade Financeira e a Contabilidade Gerencial, reflexo das necessidades a serem atendidas nesse período.

Na década de 1990, Nossa (1999) já se destacavam as deficiências na educação contábil brasileira, indicando o baixo número de docentes com Mestrado e Doutorado, além do fato das instituições de ensino superior contratarem docentes em formação inicial.

Conforme relatam Martins e Ludícibus (2012), no início do curso de doutorado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA USP, existia predominância de pesquisas da contabilidade normativa, focada nas áreas de contabilidade financeira e contabilidade gerencial.

Bolzan, Isaia e Maciel (2013) mencionam que os professores tem um papel de extrema relevância, por serem profissionais em desenvolvimento permanente, capazes de refletir e repensar sobre a sua formação e, por este motivo, não podem limitar-se a pensar e a discutir a organização do ensino e seus desdobramentos.

A formação do professor nos programas de mestrado e doutorado amplia sua relevância em virtude da própria expansão do ensino superior no Brasil, que segundo Ferreira e Hilen (2015), obtiveram crescimento constante ao longo da última década, conforme dados do Censo do Ensino Superior de 2012 (INEP, 2013).

Com base no Censo do Ensino Superior de 2012, constatou-se uma expansão de quase o dobro de instituições de ensino superior, saltando de 1.637, para 2.416. Nesse sentido, também houve uma duplicata em relação ao número de cursos ofertados, passando de 15.244 para 32.050. Outro fator de destaque foi o número de docentes, que se elevou de 227.844 para 362.732.

Partindo desse contexto, apenas para os cursos presenciais e os professores que neles atuam, constatou-se também que os cursos na área contábil apresentaram um montante de 1.168, com um contingente de cerca de 23.000 docentes.

Entretanto, apesar do aumento expressivo no número de professores de Ciências Contábeis, é importante revelar que ainda persiste um percentual significativo de professores que não apresentam a formação *scripto sensu*, como já exposto na introdução deste trabalho.

Rua *et al.* (2003) investigaram pesquisadores mestres e doutores com bolsa de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, na área de Saúde Coletiva e constataram a divulgação da produção científica em periódicos Internacionais 'A' e nacionais 'A' e 'B', constatando o melhoramento da pesquisa, fato muito relevante para o ensino.

Costa (2012) fez uma análise da produção acadêmica de docentes vinculados a 18 Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis existentes no País, por distribuição geográfica, no período de 2000 e 2009, atribuindo para a região Sudeste (64,03%) o maior percentual de produção docente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, seguido pela região Sul (18,84%), região Nordeste (11,51%), região Centro-Oeste (5,39%) e região Norte (0,24%).

Quintal *et al.* (2012) pesquisou nas páginas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD, e observou que existiam 23 Programas de Pós-Graduação em contabilidade, sendo 7 cursos na região Sudeste, o que corresponde a 30,43%, 10 cursos na região Nordeste, com 43,48%, 4 cursos na região Sul, perfazendo um total de 17,39%, e as regiões Centro Oeste e Norte, com 1 curso cada, correspondendo a 4,35%. Já para os Programas de Mestrado em Administração e Contabilidade, a região Sudeste contempla 44 cursos, representando 47% dos Programas na área.

Em 2017, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (2017) reuniu a comissão de avaliação dos Programas de Pós-Graduação Acadêmicos da área, momento em que também se levou em consideração as subáreas, o quadro de pós-graduação apresenta-se com 26 Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, sinalizando que a contabilidade vem trabalhando para formar mais mestres e doutores, porém ainda com um número deficiente quando

comparada a outras áreas do conhecimento, como educação, enfermagem, entre outras.

Para Ferreira e Hilen (2015), existem dois grupos de docentes que atuam na área contábil, ambos bacharéis e profissionais liberais, sendo o primeiro formado por professores, com dedicação integral à docência, principalmente em IES da área pública, e, em maior número, docentes, também profissionais, que dedicam apenas poucas horas ao magistério, e que normalmente estão atuando em entidades privadas.

Nesse sentido, como disposto anteriormente, o docente da área contábil equipara-se a um profissional liberal, que segundo Behrens (2011), atua de forma secundária na docência, porém atribuindo-lhe o status de ser professor de ensino superior, além do efetivo exercício como profissional da contabilidade.

Analisando o contexto descrito pelos autores citados, sugere-se que o baixo índice de profissionais com mestrado e doutorado que atuam na docência superior na área contábil seja explicado pela diminuta dedicação exclusiva no segmento, aliado aos números de formação *scripto sensu*, que se concentram no Centro-sul do País.

Ainda sobre este contexto, Gomes (2014) realça a relevância da formação continuada para o exercício da docência, atribuindo um destaque para as políticas públicas na área da educação, tendo em vista os desafios existentes que exigem do trabalho educativo um profissionalismo diferenciado, com formação continuada constante.

No âmbito internacional Moreno (2014), ao analisar a formação docente na América Latina, concluiu que o processo de qualificação do professor é necessário e deve ser permanente. As conclusões desta pesquisa salientam que o tempo de

serviço não significa necessariamente experiência de ensino, devendo o professor, portanto, imprimir um processo de qualificação contínuo. Esse contexto é imposto pelas exigências profissionais do mundo contemporâneo ao professor. Somente se qualificando, portanto, é que o docente assegurará sua permanência no mercado de trabalho, mas, sobretudo, ampliando as possibilidades de sofisticação do ato de ensinar.

Estudos de Jaramillo Salazar (2015) relacionam a confecção do mestrado e doutorado com o aperfeiçoamento da mão-de-obra do professor, principalmente associado com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia na Colômbia. Esses estudos foram confeccionados e analisados desde 1990 até a hoje, observando os elos existentes entre a formação *strictu sensu* e os inúmeros processos de inovação daquele país, ocorridos nos diversos setores da economia.

Na Grécia e na Turquia, Doyran (2012) mostra estudos da associação das boas práticas de ensino a necessidade de formação docente. Segundo Doyran (2012) o *strictu sensu* amplia a qualidade da formação docente e conseqüentemente a qualidade do ensino.

A legislação brasileira é clara ao sugerir que os professores que atuam na docência superior devam ingressar nos programas de mestrado e doutorado para contribuir com seu processo formativo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação N^o. 9394 (1996), que dispõe no “Artigo 66 – A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de Pós-Graduação, prioritariamente em programas de Mestrado e Doutorado”.

Sobre a relevância do ingresso e da formação em programas de mestrado e doutorado para o exercício da docência superior na área contábil, um estudo

elaborado por Comunelo *et al.* (2012) concluiu que os programas não contribuíram significativamente para a formação de pesquisadores, por estarem voltados para a formação docente, tendo em vista que os mestres atuam na docência nas instituições de ensino superior privadas, onde esta modalidade é visivelmente menos incentivada.

O objetivo de ingresso no curso de mestrado ou doutorado é imprimir uma formação especializada aos docentes. Na área da contabilidade, Comunelo *et al.* (2012) dispõe que os Programas de Pós-Graduação têm como atribuição gerar a formação de profissionais da educação, para atuarem em várias áreas do conhecimento na docência e na pesquisa, contribuindo para o progresso do país.

A necessidade de pesquisas sobre a formação do professor e a qualidade de seu ensino se fortalece na afirmação de Nassif e Hanashiro (2001), quando atribui ao professor o papel de intérprete do processo educativo brasileiro, com responsabilidade nos resultados da formação de profissionais quanto ao sucesso ou ao fracasso no mercado de trabalho.

A associação, portanto, entre o processo de formação do professor e a qualidade da formação dos futuros profissionais pode ser sugerida. Segundo Durso *et al.* (2016), num estudo sobre os aspectos motivacionais dos estudantes de mestrado em Ciências Contábeis, a formação nos Programas de Pós-Graduação de mestrado e doutorado é de suma importância, formando mestres e doutores na área, quesito essencial para a expansão dos cursos de graduação em Ciências Contábeis de forma qualitativa.

Como já revelado, a formação do professor é um processo sistêmico que engloba variáveis multifacetadas. Entretanto, cabe ressaltar que a formação *stricto sensu* contribui para o desenvolvimento profissional, mas, sobretudo, potencializa o

processo de formação dos futuros profissionais e cidadãos.

O domínio do conteúdo pelo docente, na respectiva área de atuação, norteou os parâmetros qualitativos exigidos pelas instituições brasileiras de ensino superior, deixando de lado o domínio das práticas pedagógicas, fator que em virtude do crescimento de instituições de ensino superior e da maior oferta de cursos *stricto sensu*, além do implemento das normas internacionais, vem provocando grande debate sobre esta temática, conforme preceitua Miranda *et al.* (2013).

No que tange ao ensino da contabilidade no Brasil, Leite e Guimarães (2004) denotam ser insuficiente em comparação ao ensino contábil de outros países, associando como principais características a expansão vertiginosa das instituições de nível superior, com mínimos critérios avaliativos e conseqüente acompanhamento quanto ao seu funcionamento, à pequena oferta de Programas de Pós-Graduação na área, dentre outros.

Miranda *et al.* (2017) aduz que existem diferenças entre a certificação do profissional no modelo brasileiro e no modelo norte-americano, que utiliza o exame do Certified Public Accountant (CPA), onde Weinstein (2016) assegura que o egresso tem que validar a qualificação em no mínimo 150 horas de conteúdos contábeis realizados na Universidade, sendo um dos melhores modelos internacionais de certificação no âmbito contábil, corroborado por Allen e Ennis (2010).

Na mesma premissa, Terres *et al.* (2011) dispõe que o profissional americano tem que renovar sua licença no CPA a cada biênio, atestando um mínimo de 80 horas de aperfeiçoamento profissional, asseverado por Hoskin e Macve (1986) e Borisova e Bekhteneva (2015).

Outro enfoque que retrata a realidade no contexto educacional dentro da

ciência contábil está evidenciado no quesito profissional-professor e o professor-profissional, bem disposto por Nossa (1999), e Comunelo *et al.* (2012) ao citar que a falta de dedicação por parte dos professores na maior parte das vezes acontece porque esses docentes estão envolvidos em outras atividades profissionais.

Sguissardi (2008) assevera que existe um processo de secundarização do ensino superior, fato denotado pelo não investimento em pesquisas, remuneração incompatível e pelas más condições de trabalho dos profissionais. Corroborando isso, Sampaio (2009) defende que a relação entre instituições públicas e privadas, no que tange ao desempenho, reportam a várias causas e fatores sociodemográficos e cognitivas do estudante, que implicariam no contraste do conhecimento discente de uma ou outra instituição de ensino.

Alguns dos fatores vinculados ao desempenho acadêmico dos discentes são a carga de trabalho, a condição financeira, o ambiente familiar, a educação dos pais, o acesso à informação etc., relacionados a fatores como motivação, satisfação e responsabilidade, colacionados por Sampaio (2009), assim como a qualidade das instituições e professores, o nível dos alunos e laboratórios, dentre outros, reportando como parâmetro de grande relevância a escolaridade dos professores sobre desempenho no exame de entrada para universidades.

O estudo de Cruz (2012) examina a percepção da relação entre os conteúdos curriculares das IES brasileiras e o resultado dos discentes no Enade 2009, dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil, resultando na impossibilidade de afirmar a relação entre esses parâmetros.

Bolzan, Isaia e Maciel (2013) ainda dispõem que os processos formativos das Instituições de Ensino Superior (IES) e a organização das atividades pedagógicas

devem ser repensados, definindo-os como contínuos e ininterruptos, instigando os sujeitos a aprenderem as mais variadas conjunturas existentes, contextualizando a prática à teoria, compreendendo que estão em evolução e crescimento profissional perenes, cujo desenvolvimento se dá ao longo da carreira.

2.2 DESEMPENHO DOS ALUNOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A expansão do ensino superior trouxe consigo uma série de desafios referentes à qualidade da formação dos futuros profissionais e, de modo particular, do bacharel em Ciências Contábeis.

De Paola (2009) dispõe que as habilidades adquiridas pelos alunos na graduação, são cruciais para o seu sucesso no mercado de trabalho e para a compreensão do tipo de professor que tem maior probabilidade de afetar positivamente a melhoria do seu desempenho. Neste mesmo sentido, Marcondes (2006) denota que os egressos devem obter uma ampla visão da realidade, num contexto crítico e global, ofertado pelo ensino superior.

Em uma análise geral, Padoan (2019) revela apreensão na relação entre o professor e sua responsabilidade no contexto educacional, envolvendo a constante atualização dessa realidade na contemporaneidade da sociedade, em seus contextos, econômicos, culturais, sociais, tecnológicos, políticos, educacionais, dentre outros, envoltos em mudanças que geram desafios constantes, destacando assim, para o ensino superior, papel indispensável à oferta do crescimento social, educacional e profissional de seus alunos, fato que reitera a necessidade do constante aperfeiçoamento do professor, seja em nível de atualização, mestrado ou doutorado.

Neste sentido, Mazzioni (2013) aponta que o processo ensino-aprendizagem é

um desafio constante na atividade docente, vinculando convivências com discentes e a melhor utilização dos métodos de ensino. Para tanto, Marion, Garcia e Cordeiro (1999) dispõem que existem inúmeros obstáculos que entravam o emprego dos métodos de ensino nos cursos de graduação em Ciências Contábeis.

Um dos métodos empregados pelos professores é a disciplina, que deve ser mantida em sala de aula, mesmo gerando desavenças, em alguns casos, que devem ser moderadas com o uso da tolerância e caráter justo, denotando que para professores, o desempenho orientado para a teoria aliado à prática reflete o conhecimento de seus alunos no progresso de sua aprendizagem, conforme Greimel-Fuhrmann e Geyer (2003).

Para lecionar na área de contabilidade, Fonteles *et al.* (2011) dispõe que a especialização e qualificação contínuas, além da prática de ensino são fatores importantes para os conteúdos ministrados nos cursos de ciências contábeis. Colateralmente, Sousa *et al.* (2017) atribui que a pesquisa contábil gera o aprimoramento dos métodos de ensino e a identificação dos focos de deficiências do curso, denotando a importância para o contador da qualidade dos cursos no Brasil, já que a relação entre a capacidade de atender às exigências do mercado depende das competências desenvolvidas pelo seu curso.

Neste mesmo cenário, a relação entre ensino, atividade de pesquisa e a transmissão do conhecimento, para De Paola (2009), denotam que pesquisadores mais ativos têm melhor posição para transmitir conhecimento acadêmico, enquanto pessoas envolvidas na pesquisa podem ter menos tempo de dedicação à atividade docente, assegurando que tanto a experiência do professor quanto a produtividade da pesquisa produzem efeitos positivo no desempenho discente.

Com relação aos dados dos exames do exame de Suficiência dos períodos de 2011 a 2017, percebe-se que houve aumento no número de inscrições a cada ano, fato que comprova o crescimento vertiginoso das instituições que ofertam o curso de ciências contábeis, atestado na Tabela 01.

TABELA 01 - RESULTADO FINAL POR EXAME DE SUFICIÊNCIA CONTÁBIL

Exame	Total Inscri-tos	Total Presen-tes	Total Aprova-dos	(%) Aprova-dos	Total Reprova-dos	(%) Reprova-dos	Total Ausen-tes	(%) Ausen-tes
1º- 2011	14.255	13.383	4.130	30,86%	9.253	69,14%	872	6,12%
2º- 2011	19.690	18.675	10.886	58,29%	7.789	41,71%	1.015	5,15%
1º- 2012	26.316	24.774	11.705	47,25%	13.069	52,75%	1.542	5,86%
2º- 2012	32.003	29.226	7.613	26,05%	21.613	73,95%	2.777	8,68%
1º- 2013	37.229	33.708	12.000	35,6%	21.708	64,4%	3.521	9,46%
2º- 2013	40.477	36.833	15.891	43,14%	20.942	56,86%	3.644	9,00%
1º- 2014	43.144	38.116	18.824	49,39%	19.292	50,61%	5.028	11,65%
2º- 2014	37.066	32.568	13.591	41,73%	18.977	58,27%	4.498	12,14%
1º- 2015	43.616	38.023	20.715	54,48%	17.308	45,52%	5.593	12,82%
2º- 2015	43.376	38.022	5.580	14,68%	32.442	85,32%	5.354	12,34%
1º- 2016	48.043	41.987	17.576	41,86%	24.411	58,14%	6.056	12,61%
2º- 2016	47.031	40.879	8.948	21,89%	31.931	78,11%	6.152	13,08%
1º- 2017	54.051	46.949	11.860	25,26%	35.089	74,74%	7.102	13,14%
2º- 2017	52.663	44.557	12.041	27,02%	32.516	72,98%	8.106	15,39%
Total Geral	538.960	477.700	171.360	35,87%	306.340	64,13%	61.260	11,37%

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade - CFC

No que tange aos resultados, apenas os exames 2011.2 e 2015.1 obtiveram resultados aprovativos acima de 50%, enquanto um montante de 08 (oito) exames reportam um índice de reprovação acima dos 60%, fato preocupante em relação ao montante dos 14 (quatorze) exames realizados no período analisado, tendo em vista que em 4 (quatro) destes períodos, os índices superaram os 70% e em 1 (um) deles, 2015.2, logrou 85,32%, contrastando com o outro exame do mesmo ano, 2015.1, que

atingiu índice aprovativo de 54,48%.

2.3 TITULAÇÃO DOS DOCENTES NAS IES NO BRASIL

No Brasil, a titulação dos docentes não é um fator de preponderância, conforme descrito por Nossa (1999), destacando que as IES podem escolher aleatoriamente o docente, amparadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, obrigando-lhes que apenas um terço de seus docentes sejam qualificados com *stricto sensu*, sem maiores imposições para o ingresso no ensino superior, seja quanto à titulação ou formação didática.

Isso denota que o nível de profissionais atuantes no mercado docente pode estar abaixo das exigências cabíveis, tendo em vista que na área contábil, o ingresso de novos cursos no mercado, principalmente na segunda década do século XXI obteve grande amplitude, asseverado por Sousa *et al.* (2017), destacando que o ensino superior vem sofrendo modificações ao longo dos anos, nos quesitos relacionados à propagação e aos seus propósitos, gerando inúmeras interpretações deste fenômeno de avultação no território brasileiro.

Tal fato, como ensejado acima, pode espelhar uma realidade que contraste com os resultados esperados, no que tange à qualificação dos profissionais docentes, tendo em vista que um número maior da oferta de cursos não assevera uma maior qualidade destes, podendo propagar a inclusão de profissionais sem o devido preparo no mercado. Consoante a isto, Nossa (1999) dispõe que a indiferença relacionada à questão pedagógica foi gerada pelo aumento vertiginoso do ensino superior, com a contratação de profissionais para a docência sem experiência e sem habilitação para o exercício do magistério.

Nossa (1999) ainda aduz que sem a devida qualificação, os professores não teriam condições pedagógicas para suprir as necessidades dos discentes, afetando a qualidade dos cursos, pois não estariam aptos a atuarem como docentes sem o devido preparo.

No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade é o órgão responsável pela organização da doutrina oficial contábil brasileira, como forma de prezar pela atualização dos profissionais, provendo condições de se qualificarem e atenderem às exigências do mercado de trabalho que está em vigor na NBC PG 12, aprovada pelo CFC, que dispõe sobre a Educação Profissional Continuada (EPC), (NBC 12). Esse fato retrata a necessidade contínua de aperfeiçoamento da classe docente para que tenham condições de cumprirem a todas as exigências no âmbito educacional.

Os profissionais de Ciências Contábeis com experiência no mercado de trabalho que atuam na área da docência buscam transmitir seus conhecimentos práticos no âmbito de suas especialidades, sem propalar conteúdo didático-pedagógico, como asseverado por Andere e Araújo (2009), absolutamente necessários para o processo de formação do aluno.

Para uma melhor abordagem da relação teoria-prática, o professor, além de aperfeiçoamento constante, deve apoderar-se de atividades de vínculo da profissão contábil, aperfeiçoando ações da cultura, ética, inclusão e responsabilidade profissional, incluindo no seu legado, a perspectiva do desenvolvimento científico da contabilidade, conforme preceitua Laffin (2011).

No que tange à contribuição de professores para a investigação do desempenho do aluno, Hanushek (2010) aduz que a variação da qualidade do professor é mensurada pelo valor adicionado como resultado futuro para o acadêmico,

e que através das variáveis dimensionadas para a entrada na profissão, salários percebidos, pós-graduação e notas de exame de licenciamento, indicam baixa disparidade nos atributos do professor para essas métricas, à exceção da experiência, evidenciando que as características do professor não representam a sua qualidade.

Nesse sentido, sugerem-se premissas de que existam condições relacionadas ao fato de que a formação dos professores esteja diretamente concatenada com o índice de aprovação dos alunos no Exame de Suficiência Contábil do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Ainda nesse contexto, Lakatos e Marconi (1991) dispõem que as hipóteses são ferramentas importantes relacionadas às questões de pesquisa, que ensejam diretrizes para a adequada orientação da investigação.

Para Lakatos e Marconi (2003), com a formulação do problema, sugere-se uma resposta que pode caracterizar-se de várias formas, dentre elas pode-se ter suposta resposta, provável resposta ou provisória resposta, que, se estiver cientificamente válido, será uma hipótese, que deverá submeter-se a uma investigação.

No âmbito da qualificação *stricto sensu*, poder-se-ia inferir que professores Mestres teriam maior facilidade na aplicação dos métodos de ensino, por terem maior qualificação que professores com especialização apenas, fato que não é retratado nestes Programas de Pós-Graduação. Deste modo, constitui-se a hipótese a seguir:

H1: o percentual de professores mestres tem relação positiva com o resultado aprovativo dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis no Exame de Suficiência Contábil.

No mesmo sentido, poderíamos inferir que professores Doutores teriam maior facilidade na aplicação dos métodos de ensino, por terem maior qualificação que professores mestres, fato que não é retratado nestes programas de pós-graduação.

Neste sentido, concebe-se a hipótese a seguir:

H2: o percentual de professores doutores tem relação positiva com o resultado aprovativo dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis no Exame de Suficiência Contábil.

2.4 EXAME DE SUFICIENCIA

Em 17 de setembro de 2010, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, amparado pela Lei Federal nº 12.249/2010, editou a Resolução nº 1.301/2010, regulamentando o Exame de Suficiência, estimando a sapiência dos profissionais da sua área, como requisito para a obtenção ou restabelecimento de Registro Profissional. (CFC, 2010).

A Lei 12.249/2010 que alterou o Decreto-Lei nº 9.295/1946, regulador da profissão contábil, estatui competência para o Conselho Federal de Contabilidade para regulamentar o Exame de Suficiência Contábil – ESC.

O Exame de Suficiência Contábil foi instituído no Brasil por meio da Resolução CFC 853/99 como requisito para obtenção de registro profissional em Conselho Regional de Contabilidade. (CFC 2007).

A principal finalidade, conforme o Art.1º da Resolução CFC nº 1.373/11 (CFC, 2011), é “comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos tanto no curso técnico em contabilidade, quanto no de bacharelado em ciências contábeis”, valorizando a profissão e os profissionais perante a sociedade e influenciando indiretamente na melhoria do ensino.

O Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução CFC N.º 1.373/2011 dispõe as seguintes normatizações a respeito do Exame de Suficiência

como requisito para obtenção ou restabelecimento de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC):

CAPÍTULO I – DO CONCEITO E OBJETIVO

Art. 1º Exame de Suficiência é a prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de Bacharelado em Ciências Contábeis e no curso de Técnico em Contabilidade.

Parágrafo único. O Exame se destina aos Bacharéis do curso de Ciências Contábeis e aos que concluíram o curso de Técnico em Contabilidade, bem como aos estudantes do último ano letivo do curso de nível superior.

Art. 2º A aprovação em Exame de Suficiência constitui um dos requisitos para a obtenção de registro profissional em Conselho Regional de Contabilidade.

(artigo alterado pela Resolução CFC nº 1461, publicado no DOU de 17/2/2014)

CAPÍTULO II – DA PERIODICIDADE, APLICABILIDADE E APROVAÇÃO NO EXAME

Art. 3º O Exame será aplicado 2 (duas) vezes ao ano, em todo o território nacional, sendo uma edição a cada semestre, em data e hora a serem fixadas em edital, por deliberação do Plenário do Conselho Federal de Contabilidade, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data da sua realização.

Art. 4º O candidato será aprovado se obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos pontos possíveis.

Art. 5º A aprovação em Exame de Suficiência, como um dos requisitos para obtenção de registro em CRC, será exigida do: I- Bacharel em Ciências Contábeis e do Técnico em Contabilidade que concluíram o curso em data posterior a 14/6/2010, data da publicação da Lei n.º 12.249/2010; II- Técnico em Contabilidade, em caso de alteração de categoria para Contador. (artigo 5º alterado pela Resolução CFC nº 1461, publicado no DOU de 14/2/2014)

CAPÍTULO IV – DA REALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DO EXAME

Art. 8º Para a realização do Exame, o Conselho Federal de Contabilidade constituirá uma Comissão de Acompanhamento do Exame. § 1º A Comissão de Acompanhamento do Exame será formada por, no máximo, 6 (seis) conselheiros do CFC, com mandato de 2 (dois) anos, não podendo ultrapassar o término do mandato como conselheiro, e deve ser presidida pelo(a) vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional, que acompanhará a realização do Exame.

Art. 9º A elaboração e aplicação das provas poderão ser realizadas por instituição contratada pelo Conselho Federal de Contabilidade, cabendo aos CRCs colaborar, naquilo que lhe couber, na realização do Exame.

Art. 10. O processo de aplicação das provas de Exame de Suficiência será supervisionado, em âmbito nacional, pela Comissão de Acompanhamento do Exame.

A exigência de efetiva aprovação em Exame de Suficiência e registro no Conselho Regional de Contabilidade (CFC, 2010), objetiva melhorar a qualificação do

corpo docente dos Cursos de Ciências Contábeis e, conseqüentemente, comprovar o conhecimento dos Bacharéis em Ciências Contábeis, estabelecendo como condição para exercício da profissão contábil, após conclusão do curso de Ciências Contábeis, reconhecido pelo Ministério da Educação.

Conforme a Resolução CFC 1.373, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011, publicada no Diário Oficial da União em 14/12/2011, o seu Art 6º. Dispõe o seguinte:

“Art. 6º O Exame de Suficiência será composto de uma prova para os Técnicos em Contabilidade e uma para os Bacharéis em Ciências Contábeis, obedecidas às seguintes condições e áreas de conhecimentos:

...

II - Ciências Contábeis: a) Contabilidade Geral; b) Contabilidade de Custos; c) Contabilidade Aplicada ao Setor Público; d) Contabilidade Gerencial; e) Controladoria; f) Teoria da Contabilidade; g) Legislação e Ética Profissional; h) Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade; i) Auditoria Contábil; j) Perícia Contábil; k) Noções de Direito; l) Matemática Financeira e Estatística; m) Língua Portuguesa.”

Leite e Guimarães (2009) relata a essência do Exame de Suficiência como um exame dos egressos, que objetiva a confirmação de conhecimentos e habilidades gerais e técnicos, de sua formação acadêmica.

Foram considerados os aspectos abaixo quando da instituição do Exame de Suficiência Contábil, conforme o CFC (2007):

- a) O art. 12 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que determina que o exercício da profissão de contabilista somente poderá ocorrer após o deferimento do registro profissional em Conselho Regional de Contabilidade;
- b) A estrutura federativa do Conselho de Contabilidade, que coloca o Conselho Federal de Contabilidade investido na condição de órgão coordenador do Sistema CFC/CRCs, cabendo-lhe, por esse motivo, manter a unidade de ação;
- c) A análise e a discussão da implantação do Exame de Suficiência durante anos nos eventos de contabilistas e de Contabilidade como uma necessidade decorrente do interesse da classe de resguardar a qualidade dos serviços prestados aos seus usuários;
- d) O atendimento de um nível mínimo de conhecimento necessário ao desempenho das atribuições deferidas ao contabilista como objetivo do Exame de Suficiência;
- e) O exame de suficiência como requisito para obtenção de Registro Profissional em CRC se reveste da função de fiscalização do exercício profissional, em caráter preventivo; e

f) O inciso XXXII do art. 17 do Estatuto dos Conselhos de Contabilidade (Resolução CFC nº 825/98), que declara que ao Conselho Federal de Contabilidade compete dispor sobre o Exame de Suficiência como requisito para a concessão de registro profissional.

Para atender ao interesse da classe contábil, o CFC criou a Resolução CFC nº 853/98 que instituiu o Exame de Suficiência como um dos requisitos para a obtenção de registro profissional em Conselho Regional de Contabilidade, em virtude da necessidade de aprimoramento dos procedimentos do Conselho Federal de Contabilidade.

No ano de 2002, instituiu a Resolução CFC 928/02, alterando a Resolução CFC nº 853/98, criando a aplicação do exame 02 (duas) vezes ao ano, alterando o prazo de validade da certidão de aprovação e para 01 (um) ano e Comissão de Aplicação de Provas. No mesmo ano, o CFC revogou a Resolução CFC 928/02, criando a Resolução CFC 933/02, versando sobre a aprovação e periodicidade, estabelecendo os meses de sua aplicação e prazo de validade da certidão de aprovação, passando a valer para 02 (dois) anos, além das comissões de exames, estabelecendo quantitativo de membros.

Em 2004, foi criada a Resolução CFC 994/04, que alterou o § 2º do art. 9º da Resolução CFC nº 853/99, quanto à comissão de elaboração de provas. No ano de 2005, houve a suspensão do Exame de Suficiência contábil, voltando a ser reaplicado a partir do ano de 2011, com a edição da Lei 12.249/2010 e Resolução CFC nº 1.301/2010.

O CFC (2013) disponibilizou os dados estatísticos do 2º exame de suficiência contábil em 2012, que demandou o montante de 26,05% de aprovações, dispondo os cinco melhores índices de aprovação nos estados do Rio Grande do Sul (33,99%),

Rio de Janeiro (33,56%), Pernambuco (31,33%), Santa Catarina (31,00%) e Minas Gerais (30,91%), reportando uma variação significativa no percentual de aprovação do exame, relacionado ao grau de dificuldade de sua elaboração, avaliando o desempenho dos bacharéis e técnicos em Contabilidade.

Torna-se necessário o confronto dos dados do Conceito Preliminar de Cursos, ofertados pelo resultado do Exame Enade, realizado pelo Inep com os dados dos resultados do Exame de Suficiência Contábil, realizados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Vale ressaltar que o Conceito Preliminar de Curso (CPC), disponibiliza dados de fatores educacionais relacionados à qualidade dos cursos, aferindo índices de performance dos estudantes no Exame Enade, conjuntura do corpo docente, recursos didático-pedagógicos, infraestrutura, dentre outros.

Os dados são divulgados em percentuais, montantes brutos ou ainda em uma escala de 1 (um) a 5 (cinco), sendo 1 (um) a nota para a faixa mínima e 5 (cinco) a nota máxima, tendo o curso a obrigatoriedade de obtenção de uma nota igual a 03 (três), para que consiga atingir ao limite mínimo estipulado, para que o conceito receba o índice satisfatório, obtendo melhores resultados a IES com cursos que obtiverem notas superiores a 3 (três).

Verifica-se um grande percentual de reprovações no exame de suficiência, contrastando com a Resolução CFC N.º 1.373, de 8 de dezembro de 2011, que dispõe em seu “Art. 1º: Exame de Suficiência é a prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de Bacharelado em Ciências Contábeis...”.

Daí denota-se que uma conjuntura complexa e formulada por parte de

Professores Mestres e Doutores, proporcionará aos egressos resultados positivos no ESC e na profissão contábil, que lhes permitirá ter um bom desempenho nos critérios avaliativos.

2.5 ENADE

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), conforme a Portaria Normativa nº 19 (MEC, 2017), é o órgão responsável pela aplicação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que visa avaliar o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação, sob a orientação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES.

O Inep (2018) expõe que no histórico escolar do aluno, deve constar a ocorrência da regularidade do discente no exame, retratando a obrigatoriedade da realização do exame, e a periodicidade da avaliação, com aplicação trienal para cada área do conhecimento.

Conforme Nota Técnica Nº 6/2018 (CGENADE/DAES, 2018):

“A avaliação da Educação Superior é regulamentada pela Lei No 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). O Sinaes, cuja finalidade é promover a qualidade e dar elementos para os processos de regulação da Educação Superior do país, tem concretude por meio dos processos de Avaliação das Instituições de Educação Superior (IES), da Avaliação de Cursos de graduação e, também, da avaliação do desempenho acadêmico de estudantes, nos termos do art. 9o, VI, VIII e IX da Lei No 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB”.

Para Cittadin (2011), o Provão, instituído na década de 1990 gerou uma

insatisfação social, que iniciou o processo de implementação de um sistema de avaliação do ensino superior. Neste contexto, Primi *et al.* (2010) expõe que a mudança de governo em 2003 e o desgaste do Provão geraram a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que instituiu um novo tratamento para o exame de cursos, através do Enade, visando a resolução dos problemas gerados pelo Provão.

Para o Inep (2018), o Enade objetiva avaliar o desempenho dos estudantes quanto aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, as competências e habilidades para a formação geral e profissional, e o nível de atualização dos alunos frente ao mercado.

O Inep (2018) dispõe que o Enade reportará ao cálculo dos indicadores de qualidade da educação superior, contemplando o Conceito Enade como um indicador de qualidade que avalia os cursos por intermédio dos desempenhos dos estudantes, tendo seu cálculo e divulgação anuais para os cursos. Já o Conceito Preliminar de Curso (CPC), é um indicador de qualidade que avalia os cursos de graduação, enquanto o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), é um indicador de qualidade que avalia as Instituições de Educação Superior, todos normatizados pela Portaria nº 40, de 2007, republicada em 2010.

Nesse sentido, são verificados os resultados do Conceito Preliminar de Curso (CPC), dispondo de dados oficiais sobre corpo docente, infraestrutura e recursos didático-pedagógicos, conforme orientação técnica aprovada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

O Inep (2018) dispõe ainda que os “indicadores mensuram a qualidade dos cursos e das instituições do país, sendo utilizados tanto para o desenvolvimento de

políticas públicas para a educação superior quanto como fonte de consultas pela sociedade”.

O Enade é aplicado com periodicidade trienal, conforme Cittadin (2011), a cada curso de graduação, aos discentes concluintes (cursaram mais de 80% da carga horária do curso) e aos discentes ingressantes (cursaram entre 7% e 22% da carga horária do curso), nas áreas fixadas anualmente pelo MEC.

Capítulo 3

3 METODOLOGIA

3.1 COLETA DOS DADOS

O objetivo deste estudo é avaliar a relação entre a qualificação *stricto sensu* dos docentes e a aprovação dos discentes dos cursos de ciências contábeis no Exame de Suficiência Contábil.

Conforme o objetivo, foi realizada a coleta para obtenção dos dados do Enade no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), na Planilha de Conceito Preliminar do Curso (CPC) do ano de 2015, sob consulta pública no site, para a adequação dos ajustes percentuais dos parâmetros avaliativos de professores mestres e doutores.

Diante disso, foram verificados os resultados do Conceito Preliminar de Curso (CPC), por ser um indicador de qualidade que avalia os cursos de graduação, dispondo de dados oficiais sobre corpo docente, infraestrutura, recursos didático-pedagógicos, dentre outros, conforme orientação técnica aprovada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

A coleta dos dados dos resultados do Exame de Suficiência Contábil foi realizada no site do Conselho Federal de Contabilidade, para a adequação dos ajustes dos parâmetros discentes nas IES no ano de 2017, nos resultados dos exames 2017.1 e 2017.2, primeiro e segundo semestres respectivamente.

3.1.1 Critérios de inclusão dos dados

Os dados incluídos nesta pesquisa foram coletados no INEP, por meio do Enade. Como já retrocitado este exame realizado pelo MEC tem a finalidade de verificar a qualidade dos cursos superiores e, conseqüentemente o nível de formação dos professores, além das demais variáveis explicativas em estudo nesta pesquisa.

Sua validade é de três anos e, a última verificação efetuada com dados válidos para as análises foi no ano de 2015. A aplicação do exame Enade no mês de novembro de 2018 só contará com a divulgação dos resultados no transcorrer do ano de 2019, impossibilitando assim, o seu uso neste trabalho, e por esta razão, os dados Enade utilizados neste estudo são do ano de 2015.

Os dados do CFC foram coletados por meio do exame de suficiência contábil realizado no ano de 2017/1 e 2017/2, portanto, a variável explicada apresenta ponto de intercepto com os dados do Enade, em virtude de sua validade de três anos (até 2018).

Inicialmente, foram identificadas as IES com cursos de Ciências Contábeis que participaram do Enade e do ESC, logo após, verificou-se a existência de 1.045 (um mil e quarenta e cinco) IES, onde foi constatado que deste total somente 850 (oitocentos e cinquenta), detinham os dados no período 2017.1, e 847 (oitocentos e quarenta e sete), no período 2017.2, onde foram separadas as IES públicas e privadas. Logo após foi realizada a classificação das instituições de ensino superior por região do País.

3.2 FASES E AMOSTRAGEM

Inicialmente a pesquisa buscou identificar os períodos concernentes aos

resultados do Enade, onde se identificou o período que compreende aos anos de 2012 e 2015, com insumos fundamentais para o cálculo dos indicadores de qualidade da educação superior validados pelo período de 03 anos, onde foram identificados 995 (novecentos e noventa e cinco) IES no ano de 2012 e 1045 (um mil e quarenta e cinco) IES no ano de 2015.

Logo após buscou-se os dados do Exame de Suficiência Contábil, ofertados pelo Conselho Federal de Contabilidade, para verificar a conexão dos dados ofertados pelas instituições.

As duas instituições, INEP e CFC não reportaram respostas positivas e significativas que contemplassem os dados solicitados. Em razão disso, busca-se aqui a utilização dos dados existentes nos bancos de dados nos sites das instituições, em que utilizaremos os resultados do Conceito preliminar de Curso (CPC), ofertado pelo Inep, através dos resultados do Enade do ano 2015, validados pelo período de 03 (três) anos, período de aplicação do Enade para cada Curso e os dados inseridos no site do CRC, nos relatórios estatísticos, com o Resultado final da 1ª Edição de 2017 por IES e o Resultado final da 2ª Edição de 2017 por IES, por apresentarem ponto de intercepto entre os dados obtidos.

Na terceira fase da pesquisa, os cursos foram classificados por tipo de instituição de ensino, pública ou privada, e em seguida por região geográfica do país, correspondentes aos períodos de 2015 do Enade e 2017 do Exame de Suficiência Contábil, para a aferição da representatividade, tanto na amostra quanto na população.

Na quarta fase, foram realizadas as tabulações dos dados para, posteriormente, aferição dos dados no Programa Stata, programa de estatística usado

para análise econométrica entre as variáveis analisadas neste estudo.

Após a colação dos dados, constatou-se que do total de 1045 (um mil e quarenta e cinco) IES com dados na amostragem dos resultados do Exame de Suficiência Contábil no site do Conselho Federal de Contabilidade e nos dados do Enade, por meio do INEP, apenas 851 (oitocentos e cinquenta e uma) IES estavam com os dados análogos, em virtude de existirem IES com cursos ainda não reconhecidos ou que não fizeram Enade, sendo considerada a população desta pesquisa.

Posteriormente, foi realizada a estatística descritiva das variáveis utilizadas no modelo, por ser a fase inicial da análise, que visa à descrição e resumo dos dados. Em seguida, fez-se a análise da matriz de correlação com as variáveis utilizadas, na equação deste estudo.

3.3 MODELO EMPÍRICO

O estudo tem caráter empírico com a utilização de uma equação que irá produzir 6 (seis) modelos lineares generalizados, utilizados para testar as hipóteses H1 e H2, para a estimação da relação entre a aprovação dos discentes no exame de Suficiência Contábil e a formação de professores nos períodos 2017.1, 2017.2 e a média destes, com o critério da regressão linear multivariada, contemplando a relação da variável dependente com todas as variáveis independentes para a análise dos resultados.

Dessarte, a relação entre a aprovação dos alunos no exame de Suficiência Contábil e a formação de professores foi analisada por meio da seguinte equação econométrica:

% aprov esc 2017

$$\begin{aligned}
 &= \beta_0 + \beta_1 \% \text{ doutores} + \beta_2 \% \text{ mestres} + \beta_3 \text{ likert doutores} \\
 &+ \beta_4 \text{ likert mestres} + \beta_5 \text{ ies pública} + \beta_6 \text{ nota enade} \\
 &+ \beta_7 \% \text{ infraestrutura} + \beta_8 \text{ org pedagógica} + \beta_9 \% \text{ regime trabalho} \\
 &+ \beta_{10} \text{ conceito preliminar do curso} + \beta_{11} \text{ região} + \beta_{12} \text{ região sul} \\
 &+ \beta_{13} \text{ região nordeste} + \beta_{14} \text{ região coeste} + \beta_{15} \text{ região norte} \\
 &+ \beta_{16} \text{ faculdade} + \varepsilon
 \end{aligned}$$

Foram utilizados seis modelos que vinculam todas as variáveis, sendo que nos Modelos 1, 3 e 5 estão dispostas as variáveis mestres (ms) e doutores (dr), diferentemente dos Modelos 2, 4 e 6, onde foi empregado a *likert mestres* (lms) e a *likert doutores* (ldr), em substituição às variáveis mestres e doutores utilizadas nos modelo 1, 3 e 5.

Para tanto, espera-se que os mesmos obtenham um nível de confiança de 95%, para examinar a correlação entre as variáveis nos dois diferentes semestres, apresentando uma associação significativa e positiva, em todos os modelos. Além disso, as variáveis IES pública, nota Enade, % de infraestrutura, organização pedagógica, % do regime de trabalho, nota do conceito preliminar do curso, região, região sul, região nordeste, região centro oeste, região norte e faculdade também foram analisadas.

Para o Modelo 1, utilizou-se como parâmetro principal o período 2017.1, para a análise do percentual de professores doutores e o percentual de professores mestres, juntamente com as demais variáveis, sem a utilização das variáveis likert doutores e likert mestres, para verificar se há relação positiva com o resultado de

aprovações dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis no Exame de Suficiência Contábil, dispostos em H1 e H2.

No Modelo 2, foi realizada a substituição das variáveis percentual de professores doutores e o percentual de professores mestres, pelas variáveis likert doutores e likert mestres, além do uso das demais variáveis no período 2017.1, para estimar a relação positiva com o resultado de aprovações dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis no Exame de Suficiência Contábil, dispostos em H1 e H2.

Já o Modelo 3 utilizou as mesmas variáveis do modelo 1, modificando apenas o período da análise para o semestre 2017.2, enquanto o Modelo 4 utilizou as mesmas variáveis do Modelo 2, porém com a análise do semestre 2017.2, para estimar a relação positiva de aprovações dos alunos no Exame de Suficiência Contábil, dispostos em H1 e H2.

Os Modelo 5 e 6 realizaram a média dos períodos 2017.1 e 2017.2, utilizando o Modelo 5 as mesmas variáveis empregadas no modelo 1, Enquanto o Modelo 6, empregou as mesmas variáveis utilizada no modelo 2, utilizando a likert doutores e a likert mestres em substituição ao percentual de professores doutores e o percentual de professores mestres, juntamente com as demais variáveis, para verificar se há relação positiva com o resultado de aprovações dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis no Exame de Suficiência Contábil, dispostos em H1 e H2.

3.4 VARIÁVEIS UTILIZADAS

O trabalho utilizou o ano de 2017 como base para análise dos resultados, dividindo-o em três momentos, sendo o % *aprov 2017_i* uma variável dependente que representa o percentual de aprovações dos alunos no Exame de Suficiência Contábil

no período 2017.1.

Em seguida, a variável dependente *% aprov 2017₂*, utilizada para representar o percentual de aprovações dos alunos no Exame de Suficiência Contábil no período 2017.2. Também foi criada a variável dependente *% aprov 2017_{media}* para representar o percentual de aprovações dos alunos no Exame de Suficiência Contábil na média dos períodos 2017.1 e 2017.2, além do β_0 como o termo de intercepto da regressão.

Foram criadas 2 variáveis para determinar a relação direta entre professores doutores e o percentual de aprovações dos alunos no Exame de Suficiência Contábil, sendo a variável *% doutores*, que indica o percentual de doutores, tratando dos docentes com titulação maior ou igual ao doutorado e a variável *likert doutores*, reportando a nota padronizada de 1 a 5, de professores doutores, no CPC, que estão atreladas diretamente à H2.

Com vistas à resposta de H1, também foram criadas 2 variáveis para a análise de professores mestres, sendo o *% mestres*, variável que revela o percentual de mestres, especificando o número de docentes cuja titulação é mestrado, e a variável *likert mestres*, denotando a nota padronizada de 1 a 5, no CPC de professores mestres.

Como parâmetro para verificar qual instituição mais aprova no exame de suficiência contábil, pública ou privada, foi criada a variável *IES pública*, *dummy* que assinala 1 para a instituição pública e 0 para a privada.

Foi criada a variável *nota enade*, que denota a nota bruta geral do Enade, de cada instituição, em uma escala de 1 a 5. Foi criada uma variável *% infraestrutura*, assim como a criação da variável *org. pedagógica*, para dispor se há alguma relação entre as aprovações no ESC e esses dois parâmetros.

Com vistas a verificar a relação entre as aprovações no ESC e o regime de trabalho dos professores, foi criada a variável *regime trabalho*, que dispõe o percentual do regime de trabalho dos professores em cada instituição. Também criou-se a variável *conceito preliminar do curso*, atribuindo nota de 0 a 5 no resultado do Conceito Preliminar do Curso de cada IES.

Para verificar a relação do índice de aprovações da região sudeste com as demais do País, foram criadas as variáveis *região*, *região sul*, *região nordeste*, *região coeste* e *região norte*, com os resultados aprovativos no ESC de cada região, para evidenciar se a região tem um nível maior de aprovações em comparação à região sudeste.

Por fim, criou-se a variável *faculdade*, para evidenciar os resultados obtidos por faculdades e centro universitário.

Capítulo 4

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ANÁLISE DA ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Este estudo empregou-se a estatística descritiva como meio de interpretação dos resultados dos discentes dos cursos de Ciências Contábeis no Exame de Suficiência Contábil do Conselho Federal de Contabilidade e a formação *stricto sensu* de professores das instituições de ensino brasileiras. Para tanto, foi utilizado um estimador truncado, e as truncagens foram feitas no zero e no 100.

A tabela 02 traz as médias, desvios-padrão, mínimos e máximos, evidenciando as 19 (dezenove) variáveis, sendo três dependentes e as demais independentes.

TABELA 02 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA

VARIÁVEL	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	MÍNIMO	MÁXIMO
% aprov esc 2017.1	27,85905	20,45991	0,734408	0	100
% aprov esc 2017.2	27,91669	19,52771	0,6994994	0	100
% aprov esc 2017.media	27,88787	15,81134	0,5669611	0	87,88
% doutores	0,2372824	0,1867918	0,7872134	0	0,91
% mestres	0,6823294	0,2311465	0,3387609	0	1
likert doutores	1,427753	1,122369	0,7861085	0	5
likert mestres	3,3149	1,223954	0,3692281	0	5
IES pública	0,1282353	0,3345485	2,608864	0	1
nota enade	2,305704	0,8275477	0,3589132	0,15	5
% infraestrutura	4,983781	0,6758673	0,1356134	2,52	6
org. pedagógica	5,176396	0,5019443	0,0969679	3,14	6
regime trabalho	0,7309529	0,2485755	0,3400705	0	1
conceito preliminar do curso	3,145363	0,654238	0,2080008	1	5
Região	2,244392	1,303029	0,5805712	1	5
região sul	0,1013553	0,3018876	1,82767	0	1
região nordeste	0,0960519	0,2947492	2,978507	0	1
região coeste	0,0589275	0,2355584	3,068647	0	1
região norte	0,0377136	0,1905589	3,997426	0	1
Faculdade	0,2351208	0,4297232	5,052788	0	3

Fonte: Elaborado pelo autor, saídas do software Stata.

A tabela de estatística descritiva (Tabela 02) indica que no primeiro semestre do ano de 2017, em média 27,86% dos alunos que realizaram o teste de suficiência de contabilidade obtiveram aprovação, resultado que aumentou para 27,92% no segundo semestre, o que não apresenta grande variação.

A métrica, porém, tanto no primeiro semestre quanto no segundo semestre de 2017 se apresentou altamente volátil, com um coeficiente de variação em torno de 70%, o que mostra alta heterogeneidade em relação ao nível de aprovação das instituições de ensino estudadas, o que pode também ser percebido pelo fato do mínimo ser zero e o máximo ser 100 nos dois diferentes períodos, indicando que a IES que menos aprovou, não aprovou nenhum aluno no exame de suficiência, enquanto que o máximo indica que em pelo menos uma instituição em cada período analisado, todos os alunos que fizeram o teste foram aprovados.

Foi utilizado o coeficiente de determinação (R^2), especificado na regressão, para mensurar o grau de explicação de uma variável independente sobre a variável dependente, dispendo que quanto mais seu resultado estiver próximo de 1, mais poder de explicação existirá entre as variáveis independentes, sobre a variável dependente.

4.1.1 Análise da matriz de correlação

Para a mensuração da relevância dos dados, foi utilizado o teste valor-p, com nível de confiança de 95%, para examinar a correlação entre as variáveis, foi feita a realização através do coeficiente de correlação de Pearson, entre a variável dependente e cada uma das variáveis independentes, para entender o grau de associação entre as variáveis.

A conjuntura dos dados foi finalizada com a realização da estimação da regressão linear multivariada para estimar as relações que as variáveis independentes exercem sobre a variável dependente nas equações 1 a 6.

De acordo com a tabela 03 quanto às instituições de ensino, pública ou privada, constatou-se que no período 2017.1, o total dos cursos avaliados é de 850 (oitocentos e cinquenta), em que 741 (setecentas e quarenta e uma) são de IES privadas e 109 (cento e nove) são de IES públicas, perfazendo 87,18% de instituições privadas e 12,82% de instituições públicas.

Já no período 2017.2, o total dos cursos é de 847 (oitocentos e quarenta e sete), onde 738 (setecentos e trinta e oito) são privadas e 109 (cento e nove) são públicas, perfazendo 87,13% de instituições privadas e 12,87% de instituições públicas, tendo as amostras quase a mesma totalidade na pesquisa, obtendo a

mesma representatividade, tanto na amostra quanto na população.

TABELA 03 - ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DA IES

Tipo de Instituição:	2017.1		2017.2	
	Quant	%	Quant	%
Pública	109	12,82	109	12,87
Privada	741	87,18	738	87,13
Total	850	100	847	100

Fonte: Elaborado pelo Autor

Nota: Dados mais recentes relativos ao Enade 2015

Na classificação por região, percebe-se do total de 850 observações no período 2017.1, 40,94% das IES são da região Sudeste, 7,88% da região Norte, 19,18% da região Nordeste, 11,76% da região Centro-Oeste e 20,34% da região Sul.

No período 2017.2 verificou-se o descredenciamento de 03 (três) IES, sendo 02 da região Centro Oeste e uma da região Nordeste, totalizando 847 IES, fato que não demandou alterações significativas nos percentuais da amostra deste período em relação ao período anterior, relacionados na Tabela 04.

TABELA 04 - CLASSIFICAÇÃO POR REGIÃO DA IES

Período	2017.1		2017.2	
	População	Amostra	População	Amostra
Região	Quant	%	Quant	%
Sudeste	348	40,94	348	41,09
Sul	172	20,24	172	20,31
Nordeste	163	19,18	162	19,13
Centro Oeste	100	11,76	98	11,57
Norte	67	7,88	67	7,91
Total	850	100,00	847	100,00

Fonte: Elaborado pelo Autor

Nota: Dados mais recentes relativos ao Enade 2015

Em relação à região, a maior concentração de unidades de ensino está no sudeste do país, com pouco mais de 41% do total das instituições, enquanto a menor concentração está no norte, com aproximadamente 7% das observações. A maior parte das instituições de ensino trata-se de centros universitários e faculdades,

contando com mais de 75% das observações estudadas.

Em relação à nota do ENADE, as notas das instituições estão em média em 2,3, porém, esse resultado se apresenta volátil, uma vez que o seu coeficiente de variação está em aproximadamente 36%. Também se mostra altamente volátil a forma que a infraestrutura e a formação pedagógica influencia nos resultados dos discentes, mostrando que essa participação é altamente heterogênea entre IES.

Em relação à titulação dos docentes, pode-se dizer que em média, pelo menos 68,2% dos docentes possuem grau de titulação pelo menos igual a mestre, e para doutores esse percentual médio é inferior, chegando apenas em 23,7% aproximadamente, mostrando alta dispersão destas métricas (em especial ao percentual de doutores), evidenciando certa heterogeneidade no percentual de mestres e doutores entre as instituições de ensino do país.

Quando as métricas de mestres e doutores que são utilizadas como escala Likert pelo CPC, pode-se dizer que a média para doutores está entre 1 e 2 e para mestres entre 3 e 4, sugerindo uma heterogeneidade nos percentuais, tendo em vista que há grande dispersão entre as métricas.

Neste âmbito, percebe-se uma melhora significativa do contexto disposto por Nossa (1999), que retratou o baixo número de docentes com Mestrado e Doutorado, afetando negativamente a qualidade do ensino.

4.2 MATRIZ DE CORRELAÇÃO

Na análise da matriz de correlação da Tabela 005, é realizada a Correlação de Pearson para revelar o nível de significância entre as variáveis utilizadas nos modelos analisados, winsorizadas a 1%.

TABELA 05 - MATRIZ DE CORRELAÇÃO

	% aprov esc 2017.1	% aprov esc 2017.2	% aprov esc 2017.media	% doutores	% mestres	likert doutores	likert mestres	IES pública	nota enade	% infra estrutura	org. peda gógica	regime trabalho	conceito preliminar do curso	Região	região sul	região nordeste	região coeste	região norte	Facul Dade
% aprov esc 2017.1	1																		
% aprov esc 2017.2	0.2504*	1																	
% aprov esc 2017.media	0.8016*	0.7795*	1																
% doutores	0.2249*	0.1108*	0.2139*	1															
% mestres	0.2467*	0.1033*	0.2234*	0.6720*	1														
likert doutores	0.2241*	0.1098*	0.2128*	0.9997*	0.6736*	1													
likert mestres	0.2462*	0.1039*	0.2238*	0.6733*	0.9997*	0.6749*	1												
IES pública	0.2874*	0.3277*	0.3883*	0.0314	-0.0188	0.0304	-0.0178	1											
nota enade	0.5059*	0.2433*	0.4780*	0.2280*	0.3090*	0.2270*	0.3092*	0.2585*	1										
% infraestrutura	-0.0579	0.0795*	0.0866*	0.0130	0.1378*	0.0139	0.1356*	-0.3005*	0.2045*	1									
org. pedagógica	0.1524*	0.1323*	0.1804*	-0.0591	0.0324	-0.0588	0.0308	-0.2701*	0.1252*	0.9171*	1								
regime trabalho	0.0412	0.1492*	0.1188*	0.3701*	0.3899*	0.3709*	0.3908*	0.2547*	0.1648*	0.0293	0.0309	1							
conceito preliminar do curso	0.2684*	0.1138*	0.2451*	0.4881*	0.5173*	0.4875*	0.5170*	0.0779*	0.6781*	0.4435*	0.3868*	0.3910*	1						
Região	0.2433*	0.0796*	0.2054*	-0.0648	0.1255*	-0.0636	0.1236*	0.1526*	0.1637*	0.0414	0.0846*	0.2005*	-0.0069	1					
região sul	0.1772*	0.0806*	0.1644*	-0.0402	0.0328	-0.0392	0.0316	0.0170	0.0860*	0.0702*	-0.0046	-0.0398	0.0175	0.0947*	1				
região nordeste	0.1205*	0.0072	0.0735*	-0.0348	-0.0442	-0.0352	-0.0440	0.1081*	0.0841*	-0.0099	0.0107	0.1406*	-0.0060	0.2832*	0.1095*	1			
região coeste	0.1518*	-0.0236	0.1127*	0.0294	-0.0577	0.0302	-0.0572	0.0565	0.0976*	0.0331	0.0471	0.0899*	-0.0107	0.4933*	0.0840*	-0.0816*	1		
região norte	0.1417*	0.1124*	0.1611*	-0.0646	0.0785*	-0.0640	0.0764*	0.0506	0.0836*	-0.0029	0.0502	0.0712*	-0.0021	0.6050*	0.0665*	-0.0645*	0.0495*	1	
faculdade	-0.0303	-0.0504	-0.0507	0.0388	0.0708*	0.0397	0.0704*	-0.1201*	-0.0401	0.0330	0.0056	-0.0164	0.0055	0.1335*	-0.0247	-0.0481*	-0.0205	-0.0435	1

Fonte: Elaborado pelo autor, saídas do software Stata.

Nota1: As correlações marcadas com asterisco são significativas com 5% de significância.

A tabela de correlação acima apresenta as correlações entre todas as variáveis do estudo. Quando se trata das variáveis de aprovação nos dois diferentes semestres, como esperado, apresenta uma associação significativa e positiva, indicando que normalmente, as IES que possuem maior nível de aprovação em um semestre mantêm uma boa margem de aprovação no semestre seguinte, mantendo assim uma homogeneidade do nível de aprovação (Tabela 05).

Quando analisada a média dos percentuais de aprovação nos dois semestres, nota-se que existe associação significativa com todas as variáveis do estudo, e em média, Instituições públicas possuem um maior nível de aproveitamento quando comparado as Instituições privadas (Tabela 05).

Outro resultado importante de se destacar é que quanto maior a nota das instituições de ensino no ENADE, maior o percentual de aproveitamento na prova de suficiência, porém, os resultados indicam que melhor infraestrutura e formação pedagógica possuem impacto negativo sobre o percentual de aproveitamento (Tabela 05).

Os percentuais de doutores e mestres possuem associação positiva com a aprovação, tanto quando se fala do percentual de cada um quanto quando se fala da transformação em escala Likert dessa variável.

Todas as *dummies* criadas para região apresentaram uma associação negativa com o nível de aprovação no exame, o que significa que em média, o fato de ser uma instituição do Sudeste (grupo o qual não foi criado uma *dummy*) maior o percentual de aprovação em média.

Em relação às demais associações, um resultado interessante é que a

associação entre doutores e mestres em relação à *dummy* de público não é estatisticamente significativa, indicando que não existe relação entre o percentual de mestres e doutores com o fato da instituição ser pública ou privada. As variáveis a respeito de nota do ENADE, estrutura e formação pedagógica apresentam associação estatisticamente significativa e positiva, assim como esperado (Tabela 05).

É importante ressaltar que esses resultados só podem ser melhor interpretados quando analisados os modelos de regressão, por incluir controles que na correlação são desprezados nas relações individuais (Tabela 05).

4.3 ANÁLISE DE REGRESSÃO MULTIVARIADA

Adotou-se o critério da regressão linear multivariada, contemplando a relação da variável dependente com todas as variáveis independentes para a análise dos resultados, dispostos na Tabela 06.

A Análise da regressão da tabela 06 utilizou-se das variáveis das Equações 1 a 6, utilizando um estimador truncado, com truncagens feitas no zero e no 100.

TABELA 06 - MODELOS DE REGRESSÃO TRUNCADA

VARIÁVEIS	MODELO 1	MODELO 2	MODELO 3	MODELO 4	MODELO 5	MODELO 6
% doutores	13.91125** *		6.35888		9.64390***	
% mestres	6.56128*		-2.57926		2.14095	
likert doutores		2.29507***		1.05751		1.59111***
likert mestres		1.25119*		-0.50640		0.40264
IES pública	12.71869** *	12.78811** *	17.25881** *	16.96496** *	14.49257** *	14.40060** *
nota enade	10.93171** *	11.00239** *	3.16153**	2.80971**	6.90122***	6.78179***
% infraestrutur a	5.38748**	5.41106**	7.35087**	7.17679**	6.01780***	5.95598***
org. pedagógica	- 11.89391** *	- 11.93061** *	- 11.75988** *	- 11.53819** *	- 11.24829** *	- 11.17515** *
regime trabalho	-9.23753***	-9.16787***	4.87128	4.54202	-1.84739	-1.95710
conceito preliminar do curso	-1.98948	-2.05857	-0.90142	-0.48599	-1.59156	-1.44074
Região	-1.54397**	-1.54862**	-2.13815***	-2.15698***	-1.81171***	-1.82280***
região sul	4.38036***	4.36434***	3.08990*	3.14515*	3.58606***	3.60353***
região nordeste	-1.72879	-1.72574	2.88537	2.90799	0.56798	0.58102
região coeste	-4.93807**	-4.79276*	2.92978	2.30086	-0.47371	-0.67412
região norte	(omitted)	(omitted)	(omitted)	(omitted)	(omitted)	(omitted)
faculdade	-0.87668	-0.88835	-0.72318	-0.69670	-1.01645	-1.01033
_cons	44.14341** *	44.57671** *	45.19060** *	44.64628** *	44.57612** *	44.56104** *
_cons	16.88268** *	16.88907** *	18.94582** *	18.83505** *	12.13886** *	12.12881** *
Observaçõe s	795	794	795	794	795	794
Pseudo R2	0.0561	0.0562	0.0213	0.0206	0.0627	0.0621

Fonte: Elaborado pelo autor, saídas da regressão via stata

Nota1: Coeficientes marcados com um asterisco (*) são significativos com 10% de significância, com dois asteriscos (**) 5% de significância e três asteriscos (***) com 1% de significância.

Na Tabela 06, estão apresentados os modelos de regressão apresentados nos seis modelos descritos. As duas primeiras colunas apresentam as estimativas quando a variável dependente se trata do percentual de aprovação na prova de suficiência no semestre de 2017/1, levando primeiro em conta o percentual de doutores e mestres (Modelo 1), e depois levando em conta essa métrica medida pelo INEP, a partir de uma escala Likert (Modelo 2).

A mesma dinâmica é apresentada no restante da tabela, a terceira e quarta colunas apresentam as estimativas para o caso em que a variável explicada é o percentual de aprovação em 2017/2 (modelos 3 e 4, respectivamente) e por fim as duas últimas apresentam os resultados de quando se utiliza a média de aprovação dos dois semestres já descritos como variável dependente.

Em relação ao percentual de doutores e mestres, pode-se dizer que o percentual de mestres não tem efeito significativo sobre o percentual de aproveitamento do exame de suficiência, porém, em relação ao percentual de doutores, esse resultado se mostra significativo e com coeficiente positivo em 2017/1, assim como na média dos dois semestres, conforme dados dispostos nos Modelos 1 e 5 da tabela 06, o que significa que em média, um maior percentual de doutores potencializa o percentual de aprovações no exame de suficiência.

Os resultados são consistentes quando analisadas as variáveis de mestres e doutores mensuradas via escala Likert, comprovados pelo Modelo 2 e 6 da Tabela 06.

Neste sentido, a hipótese da pesquisa da qual se esperava existência de relação significativa entre o percentual de professores mestres e o resultado aprovativo dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis no Exame de Suficiência Contábil do Conselho Federal de Contabilidade denotam resultados que não foram significativos, conforme Modelos 1, 3 e 5 da Tabela 06, para inferências dessa relação, permitindo, portanto, a rejeição da hipótese de pesquisa H1.

A hipótese da pesquisa da qual se esperava existência de relação significativa entre o percentual de professores doutores e o resultado aprovativo dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis no Exame de Suficiência Contábil do Conselho Federal de Contabilidade denotou resultados significativos para inferências dessa relação, permitindo a não rejeição da hipótese de pesquisa H2, conforme Modelos 1 e 5 da Tabela 06.

Os resultados aferidos são convergentes com resultados de outros estudos apresentados nesta pesquisa, ratificados por Fonteles *et al.* (2011), que trata da especialização e qualificação contínuas para lecionar na área de contabilidade, assim como Padoan (2019), dispendo sobre a relação entre o professor e sua responsabilidade no contexto educacional, envolvendo sua constante atualização.

Ainda com base nas variáveis *dummies*, pode-se dizer que de uma forma geral as instituições de ensino de outras regiões, com exceção da região sul, tem percentual de aproveitamento menor quando comparado à região sudeste. Isso é perceptível pelos coeficientes estatisticamente significativos, e negativos, encontrados para as *dummies* de região, dispostos nos Modelos 3, 4, 5 e 6 da tabela 06.

No primeiro semestre de 2017, nos modelos 1 e 2 da Tabela 06, as *dummies* de centro-oeste se mostram estatisticamente significativas e com sinal negativo, apontando para um desempenho inferior quando comparado à região sudeste (grupo o qual não foi inserida uma *dummy* para o mesmo).

No segundo semestre de 2017, conforme Modelos 3 e 4 da tabela 06, as demais regiões não mostraram relação estatisticamente significativa, à exceção

da região Sul, que mostrou-se com sinal positivo, além de obter resultados estatisticamente significativos nos modelos 1, 2, 5 e 6 da tabela 06, obtendo um aproveitamento em média superior à região sudeste.

Nesse âmbito, onde se esperava que a região Sudeste obtivesse um maior nível de aprovação dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis no Exame de Suficiência Contábil do Conselho Federal de Contabilidade, quando comparado às demais regiões, mostrou resultados significativos para inferências dessa relação, dispostos nos Modelos 1, 2, 5 e 6 da tabela 06.

Esses resultados convergem com estudos apresentados por Kronbauer *et al.* (2016), dispondo sobre altos índices de reprovação no Exame de Suficiência Contábil (ESC), com uma variação entre os estados federativos no desempenho dos estudantes.

Quando se trata do período de 2017/1 a variável *dummy* IES publica se mostrou estatisticamente significativa e com coeficiente positivo, indicando que no ano de 2017, em média os percentuais de aproveitamento são maiores nas instituições de ensino que são públicas quando comparadas às privadas, esta análise se estende para o semestre de 2017/2 e para as médias dos dois semestres, indicando que no ano de 2017 de uma forma geral o aproveitamento na prova foi maior entre as instituições de caráter público, atestados pelos Modelos 1 a 6 da tabela 06.

Corroborando a ideia da qual se esperava existência de relação significativa entre as instituições públicas e um maior nível de aprovação dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis no Exame de Suficiência Contábil do Conselho Federal de Contabilidade, quando comparadas às instituições

privadas, os resultados foram significativos para inferências dessa relação.

Os resultados também convergem com estudos anteriores apresentados neste trabalho. De acordo com Ristoff (1999), vinculando o desenvolvimento do ensino com investimentos na universidade pública e Sampaio (2009), retratando a relação entre instituições públicas e privadas, no que tange ao desempenho.

Em relação ao tipo de instituição, no primeiro semestre analisado, não existe diferença estatisticamente significativa entre as universidades e os centros universitários, enquanto que as faculdades em média apresentam um menor percentual de aproveitamento quando comparadas as universidades, conforme Modelos 1 e 2 da tabela 06.

Um fato relevante de se notar é que a formação pedagógica tem efeito negativo no aproveitamento da prova de suficiência de contabilidade, dispostos nos Modelos 1 a 6 da Tabela 06. A infraestrutura da instituição, por sua vez, não se mostrou estatisticamente significativa em 2017/1 e 2017/2, conforme modelos 1 a 4 da tabela 06, porém, quando analisada a média do aproveitamento, a infraestrutura se mostrou significativa e com sinal de coeficiente positivo, conforme Modelos 5 e 6 da tabela 06, indicando que IES com melhores infraestruturas aumentam o percentual de aproveitamento.

Por fim, pode-se dizer que o conceito preliminar do curso não exerce efeito no percentual de aprovação do exame de suficiência, dispostos nos Modelos 1 a 6 da Tabela 06. O regime de trabalho, por sua vez, apresenta relevância estatística apenas no primeiro semestre de 2017, conforme Modelos 1 e 2, e apresenta coeficiente negativo, indicando que em média, quanto maior o percentual de professores integrais, menor o aproveitamento no exame de

suficiência contábil.

Capítulo 5

5 CONCLUSÃO

Neste estudo investigou-se a relação entre o índice de aprovações de alunos dos cursos de Ciências Contábeis no Exame de Suficiência Contábil do Conselho Federal de Contabilidade e a formação docente nas instituições brasileiras de ensino superior, justificando a análise uma vez que não foi encontrado trabalho nesta linha. Os estudos existentes no Brasil estão relacionados ao Enade.

O objetivo geral foi identificar a possível relação entre o percentual de professores mestres e doutores e o percentual de aprovações de alunos dos cursos de ciências contábeis no Exame de Suficiência Contábil.

Foram analisados dados referentes ao exame Enade mais recente e ao Exame de Suficiência Contábil, períodos 2017.1 e 2017.2, em que os dados apresentam ponto de intercepto, motivo da restrição do período posterior a este para análise, ajustando-se ao período de aplicação do Enade para os cursos, concedendo assim uma análise Cross section para o período de 2017.1 e 2017.2.

Os resultados apresentados permitem afirmar que há relação entre o percentual de professores doutores e o resultado do Exame de Suficiência Contábil. Quanto aos professores mestres não foram gerados efeitos significativos. Quanto ao percentual de doutores esse resultado se mostra significativo, indicando que um maior percentual de doutores potencializa o percentual de aprovações no exame de suficiência.

Constatou-se que as instituições de ensino no âmbito regional, tem percentual de aproveitamento menor quando comparadas à região sudeste, que detém a maior concentração de unidades de ensino no país, com pouco mais de 41% do total das instituições. Destaca-se que a maior parte das instituições de ensino, constam como centros universitários, com mais de 60% das observações estudadas, seguidas das faculdades com aproximadamente 15% e apenas 12,8% de instituições públicas, das observações realizadas.

Comprovou-se que em média os percentuais de aproveitamento do exame de suficiência contábil são maiores nas instituições de ensino públicas, comparadas às privadas para os dois semestres estudados, indicando que o aproveitamento na prova foi maior entre as instituições de caráter público. Detectou-se que não existe diferença significativa entre as universidades e os centros universitários, enquanto que as faculdades em média apresentam um menor percentual de aproveitamento quando comparadas às universidades.

A formação pedagógica e o conceito preliminar do curso não exerceram efeito no percentual de aprovação do exame de suficiência contábil, em contraste com a infraestrutura, que indicou que IES com melhores infraestruturas aumentam o percentual de aproveitamento, assim como o regime de trabalho, que apresenta relevância estatística.

Nessa abordagem, a definição de critérios fundamentados constitui-se um abstruso na formulação do modelo que possa explicar esse fenômeno. Os resultados preliminares auferidos sugerem que as variáveis explicativas apresentam um indicador sobre o percentual de aprovações no exame de suficiência contábil, visto que as aprovações no exame de suficiência foram efetuadas utilizando apenas os insumos relacionados às IES.

Ressalta-se, portanto, que não se utilizou de processos analíticos correlacionados ao discente, a exemplo, de renda, origem escolar, idade, gênero, dentre outras, além das abordadas por Sampaio (2009), como a carga de trabalho dos estudantes, condição financeira, ambiente familiar, educação dos pais, acesso à informação, dentre outros, sendo esta a sugestão para futuras investigações.

Este estudo, portanto, contribui para estimular novas pesquisas na área, bem como para a tomada de decisão de gestores de IES, na acepção de ampliar a contratação de doutores no sentido de colaborar com a melhoria do desempenho dos alunos.

REFERÊNCIAS

- Allen, P. W., & Ennis, K. L. (2010). Financial stake and CPA support for expanding sarbanes-oxley to nonpublic entities. *American Journal of Business Research*, 14, 121-128.
- Andere, M. A., & Araujo, A. M. P. (2009). Aspectos da formação do professor de ensino superior de ciências contábeis: uma análise dos programas de pós-graduação. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(48), 91-102. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/s1519-70772008000300008>.
- Barata, R. B., & Goldbaum, M. (2003). Perfil dos pesquisadores com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq da área de saúde coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(6), 1863-1876. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2003000600031>.
- Behrens, M. A. (2011). Docência universitária: formação ou improvisação? *Revista Educaçao UFSM*, 36, 1984-6444. Recuperado de <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.5902/198464442976>
- Bento, J. (2007). Acerca da formação dos mestres e doutores. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 21, 11-24. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1807-55092007000500003>.
- Borisova, T. G., & Bekhteneva, R. A. (2015). Certified Public Accountant is Unmatched Advantage on the Global Job Market. *European Journal of Economic Studies*, 12(12), 64-68. doi: 10.13187/es.2015.12.64. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/281367970_Certified_P...
- Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Brasília, DF. Leis. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.
- Brasil. Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010. Altera o Decreto-Lei no 9.295, de 27 de maio de 1946, dentre outras alterações. Brasília, DF. Leis. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112249.htm.
- Brasil. Resolução CNE / CES nº 10/2004 - Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis. Brasília, DF. Leis. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf.
- Bugarim, M., Rodrigues, L., Pinho, J., & Machado, D. (2014). Análise histórica dos resultados do exame de suficiência do conselho federal de contabilidade. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 6(1). Recuperado de <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v6i1.33455>.

- Cittadin, A., & Ritta, C. (2011). O desempenho dos estudantes ingressantes e concluintes dos cursos de ciências contábeis das Universidades de Santa Catarina nas questões pertinentes à contabilidade de custos na prova ENADE 2006. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 9(25), 47-64. doi: 10.16930/2237-7662/rccc.v9n25p47-64. Recuperado de <http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/1092>.
- Comunelo, A. L., Espejo, M. M. S. B., Voese, S. B., & Lima, E. M. (2012). Programas de pós-graduação *stricto sensu* em contabilidade: sua contribuição na formação de professores e pesquisadores. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 31(1), 7-26. Recuperado de <https://doi.org/10.4025/enfoque.v31i1.13375>.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.373 de 8 de dezembro de 2011. Regulamenta o Exame de Suficiência como requisito para obtenção ou restabelecimento de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Brasília, DF: CFC. Recuperado de http://suficienciacontabil.com.br/wp-content/uploads/2014/04/RES_1373-2011.pdf.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. (2007). Exame de suficiência: uma abordagem histórica/Conselho Federal de Contabilidade. Brasília, DF: CFC. Recuperado de http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/livro_ex_suf.pdf.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC PG 12 (R2) – Educação profissional continuada. Brasília, DF: CFC. Recuperado de <http://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/12/NBCPG12R2.pdf>.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.301, de 17 de setembro de 2010. Regulamenta o Exame de Suficiência como requisito para obtenção ou restabelecimento de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Brasília, DF: CFC. Recuperado de http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2010/001301.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. (2011). Encontro debate o exame de suficiência. *Jornal CRCSC*, 87, 11.
- Cornachione Jr., E. B. (2007). Tecnologia da educação e cursos de ciências contábeis: modelos colaborativos virtuais. Tese de Livre Docência, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi: 10.11606/T.12.2007.tde-12092007-124732. Recuperado de www.teses.usp.br.
- Costa, A., De, J. B., Lustosa, P. R. B., De, A., Barros Costa, J., Roberto, P., & Lustosa, B. (2012). Rankings dos programas de pós-graduação em ciências contábeis: análise da produção docente em contabilidade gerencial (2000-2009). *Associação Brasileira de Custos*, 8. Recuperado de www.custoseagronegocioonline.com.br.

- Cruz, A., Cruz, A. J. da, Nossa, V., Balassiano, M., & Teixeira, A. (2013). Desempenho dos alunos no ENADE de 2009: um estudo empírico a partir do conteúdo curricular dos cursos de ciências contábeis no Brasil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 6(1983-8611), 178-203. Recuperado de <http://asaa.anpcont.org.br/index.php/asaa/article/view/93>.
- De Paola, M. (2009). Does teacher quality affect student performance? evidence from an italian university. *Bulletin of Economic Research*, 61(4), 353-377. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/j.1467-8586.2008.00299.x>.
- Doyran, F. (2012). Research on Teacher Education and Training: An Introduction. Bahcesehir University, Turkey. *Athens Institute for Education and Research*, 6(3), 134-42. Recuperado de www.atiner.gr.
- Durso, S., Cunha, J., Neves, P., & Teixeira, J. (2016). Fatores motivacionais para o mestrado acadêmico: uma comparação entre alunos de ciências contábeis e ciências econômicas à luz da teoria da autodeterminação. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27(71), 243-258. doi: 10.1590/1808-057x201602080.
- Ferreira, M. M., & Hillen, C. (2015). Contribuições da pós-graduação *stricto sensu* para o aprendizado da docência de professores de contabilidade. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 34(3), 125-143. Recuperado de <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.4025/enfoque.v34i3.29031>.
- Fonteles, I. V., Oliveira, M. C., & Almeida, S. R. (2011). Medidas adotadas pelas IFES brasileiras visando a qualificação docente e a adequação de conteúdos com as novas práticas contábeis. In VIII Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. São Paulo, SP: FEA/USP.
- Galvão, N. (2016). Percepção dos contadores sobre o exame de suficiência do CFC. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 15(45), p. 49-62. doi: 10.16930/2237-7662/rccc.v15n45p49-62. Recuperado de <http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2200>.
- Giroto, M. (2012). Exame de Suficiência apresenta radiografia do ensino de Contabilidade no Brasil. *Revista Brasileira de Contabilidade*, (189), 06-15. Recuperado de <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/942>.
- Goldhaber, D., Liddle, S., & Theobald, R. (2013). The gateway to the profession: Assessing teacher preparation programs based on student achievement. *Economics of Education Review*, 34, 29-44. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/J.ECONEDUREV.2013.01.011>.
- Gomes, G., & Soares, A. B. (2013). Inteligência, habilidades sociais e expectativas acadêmicas no desempenho de estudantes universitários. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(4), 780-789. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722013000400019>.
- Greimel-Fuhrmann, B., & Geyer, A. (2003). Students' Evaluation of Teachers and Instructional Quality-Analysis of Relevant Factors Based on Empirical Evaluation

Research. *Assessment & Evaluation in Higher Education*, 28(3), 229-238.
Recuperado de <https://doi.org/10.1080/0260293032000059595>.

Hanushek, E. A., & Revvkin, S. G. (2010). Generalizations about Using Value-Added Measures of Teacher Quality. *American Economic Review*, 100 (2): 267-271. doi: 10.1257/aer.100.2.267.

Hoskin, K. W., & Macve, R. H. (1986). Accounting and the examination: A genealogy of disciplinary power. *Accounting, Organizations and Society*, 11(2), 105-136.
Recuperado de [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(86\)90027-9](https://doi.org/10.1016/0361-3682(86)90027-9)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). (2012). Manual do ENADE 2012. Brasília, DF. Recuperado de http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/manuais/manual_enade_2012.pdf.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Nota metodológica: indicadores de qualidade da educação superior 2012. (2013) Brasília, DF. Recuperado de http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/notas_tecnicas/2012/nota_metodologica_indicadores_2012.pdf.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). (2013). Nota técnica conceito Enade 2012. Brasília, DF. Recuperado de http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/notas_tecnicas/2012/nota_tecnica_conceito_enade_2012.pdf.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sinaes. Recuperado de <http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Enade 2012. (2018). Recuperado de <http://portal.inep.gov.br/web/guest/enade>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sinopses estatísticas da educação superior – graduação. (2012). Recuperado de <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>.

Iwaguchi, S. (2012). From student evaluations to teacher performance: a study of piano class instruction. *Music Education Research*, 14(2), 171-185. doi: 10.1080/14613808.2012.685562.

Jaramillo, S. H. (2009). La formación de posgrado en Colombia: maestrías y doctorados. *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad - CTS*, 5(13), 131-155.

- Kronbauer, C. A., Alves, T. W., Silvestre, A. O., Sprenger, K. B., & Azevedo, E. R. (2016). Fatores explicativos dos índices de aprovação no exame de suficiência contábil. In *1 Congresso de Contabilidade da UFRGS*.
- Laffin, M. (2011). *Contabilidade e ensino: mediações pedagógicas*. Florianópolis: Núcleo de Publicações do CED/UFSC.
- Leite, C. E., & Guimarães, G. (2009). Qualidade nos cursos de ciências contábeis. *Contabilidade Vista & Revista*, *15*(1), 35-51. Recuperado de <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/249>
- Marcondes, N. (2008). Didática do ensino da contabilidade: aplicável a outros cursos superiores. *Journal Of Strategic Management (IJSM)*, *6*(2), 193-194. doi:10.5585/ijsm.v6i2.1247.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (1991). *Metodologia do trabalho científico* (2a ed). São Paulo: Atlas.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos da metodologia científica* (5a ed). São Paulo: Atlas.
- Marion, J., Garcia, E., & Cordeiro, M. (2009). Discussão sobre metodologias de ensino aplicáveis à contabilidade. *Contabilidade Vista & Revista*, *10*(1), 28-33. Recuperado de <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/132>
- Marroni, C. H., Rodrigues, A. F., & Panosso, A. (2013). Panorama histórico do ensino superior da graduação em contabilidade no Brasil- sob a égide normativa. *Enfoque Reflexão Contábil*, *32*(3), 1-17.
- Martins, E., & Iudícibus, S. (2007). 30 anos de doutorado em contabilidade. *Revista Contabilidade & Finanças*, *18*(spe), 7-8. doi: 10.1590/S1519-70772007000300001.
- Mazzioni, S. (2013). As estratégias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem: concepções de alunos e professores de ciências contábeis. *Revista Eletrônica de Administração e Turismo - ReAT*, *2*(1), 93-109. doi: 0.15210/REAT.V2I1.1426.
- Miranda, C., Araújo, A., & Miranda, R. (2017). O exame de suficiência em contabilidade: uma avaliação sob a perspectiva dos pesquisadores. *Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte*. *9*(2), 158-178. Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/10760>.
- Miranda, G., Santos, L., Nova, S., & Cornacchione Júnior, E. (2013). A pesquisa em educação contábil: produção científica e preferências de doutores no período de 2005 a 2009. *Revista Contabilidade & Finanças*, *24*(61), 75-88. doi: 10.1590/S1519-70772013000100008.

- Miranda, G. J., Nova, S. P. C. C., & Cornacchione Jr, E. B. (2013). Ao mestre com carinho: relações entre as qualificações docentes e o desempenho discente em contabilidade. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 15(48), 462-480. doi: 10.7819/rbgn.v15i48.1351.
- Moreno, F. D. S. (2014). La formación permanente del docente en Latinoamérica The continuing education of teachers in Latin America. *Revista Iberoamericana para la Investigación y el Desarrollo Educativo*, 6 (11).
- Nassif, V. M. J., & Hanashiro, D. M. M. (2002). A competitividade das universidades particulares à luz de uma visão baseada em recursos. *Revista de Administração Mackenzie*, 3(1), 95-114.
- Nossa, V. (1999). A necessidade de professores qualificados e atualizados para o ensino da contabilidade. In Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC. *Associação Brasileira de Custos*, (2358-856X). Recuperado de <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3125/3125>.
- Nossa, V. (1999). Formação do corpo docente dos cursos de graduação em Contabilidade no Brasil: uma análise crítica. *Caderno de Estudos*, (21), 01-20. doi: 10.1590/S1413-92511999000200005.
- Padoan, F. A. C. (2019). A interdisciplinaridade no ensino da contabilidade gerencial em instituições públicas de ensino superior do estado do Paraná. Recuperado de oai:ufpr.br:240547.
- Patrus, R., & Lima, M. (2014). A formação de professores e de pesquisadores em administração: contradições e alternativas. *Revista Economia & Gestão*, 14(34), 4-29. doi: 10.5752/P.1984-6606.2014v14n34p4.
- Pires, V. B. D., Aguiar, I. S., & Moreira, R. M. A. (2013). Formação de professores: a construção da docência e da atividade pedagógica na Educação Superior. *Revista Diálogo Educacional*, 13(38), 49-68. doi: 10.7213/rde.v13i38.7817.
- Primi, R., Carvalho, L. F., Miguel, F. K., & Silva, M. C. R. (2010). Análise do funcionamento diferencial dos itens do Exame Nacional do Estudante (ENADE) de psicologia em 2006. *Psico-USF*, 15(3), 379-393. doi: 10.1590/S1413-82712010000300011.
- Quintal, R., Condé, R. D., Carmo Filho, V. M., & Gomes, J. S. (2016). Os programas de pós-graduação em administração e contabilidade no Brasil: perfil e a metodologia de ensino dos seus docentes. *REICE: Revista Iberoamericana Sobre Calidad, Eficacia Y Cambio En Educación*, 10(4). Recuperado de <https://revistas.uam.es/index.php/reice/article/view/3033>
- Ristoff, D. I. (1999). A tríplice crise da universidade brasileira. *Avaliação - Revista da Avaliação da Educação Superior*, 4(3). Recuperado de <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1065>.

- Roman, D., Petry, D., Bortoluzzi, C., Demeterko, D. M. S., Carolini, A., & Oro, I. (2017). Estratégias competitivas em instituições de ensino superior: um estudo de caso à luz da visão baseada em recursos. *Revista GUAL*, (10), 01-19. doi: 10.5007/1983-4535.2017v10n2p1.
- Rothen, J., & Nasciutti, F. (2011). A educação superior em prova: o perfil da educação superior apresentado pelos resultados do ENADE 2005 e 2006. *Revista Diálogo Educacional*, 11(32), 187-206. doi: 10.7213/rde.v11i32.4120.
- Rua, P., Cesário, M., Barata, R. B., & Goldbaum, M. (2003). Perfil dos pesquisadores com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq da área de saúde coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(6), 1863-1876. doi: 10.1590/S0102-311X2003000600031. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2003000600031&script=sci_abstract&lng=pt
- Sampaio, B., & Guimarães, J. (2009). Diferenças de eficiência entre ensino público e privado no Brasil. *Economia Aplicada*, 13 (1), 45-68. doi: 10.1590/S1413-80502009000100003. Recuperado de <https://dx.doi.org/>.
- Sguissardi, V. (2008). Regulação estatal versus cultura de avaliação institucional? *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 13(3), 857-862. doi: 10.1590/S1414-40772008000300016.
- Silva, V., & Miranda, G. (2016). ENADE e fluxo curricular nos cursos de graduação em ciências contábeis no Brasil. *Revista Universo Contábil*, 12(4), 30-47. doi: 10.4270/ruc.2016430-47.
- Sousa, W. D., Nossa, V., Nascimento, J. C. H. B., & Teixeira, A. M. C. (2017). Percepção de qualidade do curso de ciências contábeis: a validação do Course Experience Questionnaire com estudantes brasileiros. *Enfoque Reflexão Contábil*, 36(2), 59-75.
- Terres, J. C., Simoni, P. R., Pereira, P., Timmermans, C., Lizote, S. A., & Lana, J. (2011). Exame de Suficiência da profissão contábil: um estudo envolvendo o posicionamento de contabilistas e estudantes do curso de ciências contábeis a respeito de sua aplicabilidade. *Repositório Institucional UFSC*. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/25972>.
- Vendramin, E. O., & Araújo, A. M. P. (2016). Contribuição ao entendimento da formação da linha de pesquisa na área de ensino contábil no Brasil. *Revista Universo Contábil*, 12(1), 66-86. doi: 10.4270/ruc.2016104.
- Weinstein, E. A. (2016). Disentangling from Onerous New York State CPA Licensing Requirements. *The CPA Journal*, 86(12), 24-27. Recuperado de <https://www.cpajournal.com/2016/12/23/disentangling-onerous-new-york-state-cpa-licensing-requirements/>.